

QUEM OUSA ENSINAR:

redes de resistência de professores e discursos públicos contra uma “Escola Sem Partido”

*Maria Leão
Vanessa Leite*

Resumo

Neste artigo nos propomos a investigar estratégias de resistência desenvolvidas por professores diante da ascensão transnacional de conservadorismos sociais e políticos na última década, com fortes repercussões na política de educação e nos cotidianos escolares no Brasil. Discursos de combate à "doutrinação nas escolas" e à suposta "ideologia de gênero" servem de ferramentas de criação de pânico morais para iniciativas de censura à abordagem de determinados temas na arena pública brasileira. Uma das fundamentações dessa movimentação “conservadora” é de que haveria um estímulo à sexualização das crianças e a diversidade sexual e de gênero seria um agente destruidor da família e, portanto, as escolas devem se proteger de sua ameaça. Aqui analisaremos discursos encontrados no material disponibilizado publicamente pelo "Professores contra o Escola Sem Partido" (PCEsp), movimento criado por professores em 2015 em resposta às mobilizações no legislativo federal de debate sobre o projeto Escola Sem Partido, que visava coibir ações de "cunho ideológico". No amplo espectro das temáticas abordadas pelo PCEsp, em um contexto de intenso confronto de moralidades em relação ao gênero e a sexualidade, nos interessa refletir sobre as abordagens e as disputas acerca do lugar desses temas nas escolas. A mobilização de professores nos leva à reflexão do papel do ativismo como uma das esferas do ato de educar.

Palavras-chave: Educação; Professores; Gênero; Sexualidade; Movimentos Sociais; Escola Sem Partido.

THE ONES WHO DARE TO TEACH:

teachers' resistance networks and public discourse against a “School Without Party”

Abstract

In this paper, we propose to investigate resistance strategies developed by teachers in the face of the transnational rise of different forms of social and political conservatism in the last decade, with strong repercussions on the policy of education and school life in Brazil. The alleged need to fight "indoctrination in schools" and the "gender ideology" fiction serve as tools for creating moral, thus justifying censorship of certain themes in the Brazilian public arena. Such “conservative” movement aims at preventing the supposed stimulus to the sexualization of children. It also assumes that sexual and gender diversity would be a destructive agent for families and, therefore, schools must protect themselves from its threat. Here we analyze the speeches found in the material made publicly available by "Professores contra o Escola Sem Partido" (“Teachers Against the No-Party School”, PCEsp) movement. Such movement was created by teachers in 2015 in response to mobilizations in the federal legislature to debate the “Escola Sem Partido” (“No-Party School”) project, which aimed to curb actions of "ideological nature". Within a wide spectrum of themes addressed by PCEsp, in a context of intense confrontation of moralities in relation to gender and sexuality, we are interested in reflecting on the approaches and disputes about the place of these themes in schools. The mobilization of teachers leads us to reflect on the role of activism as one of the spheres of the act of educating.

Keywords: Education; Teachers; Gender; Sexuality; Social Movements; School Without Party.

Los que se atreven a enseñar: redes de resistencia docente y discursos públicos contra una "escuela sin partido"

Resumen

En este artículo nos proponemos investigar las estrategias de resistencia desarrolladas por los docentes ante el auge transnacional del conservadurismo social y político en la última década, con fuertes repercusiones en la política educativa y la vida escolar en Brasil. Los discursos para combatir el "adoctrinamiento en las escuelas" y la supuesta "ideología de género" sirven como herramientas para generar pánico moral a las iniciativas de censura para abordar ciertos temas en la arena pública brasileña. Una de las razones de este movimiento "conservador" es que habría un estímulo a la sexualización de los niños y que la diversidad sexual y de género sería un agente destructivo para la familia y, por lo tanto, las escuelas deben protegerse de su amenaza. Aquí analizaremos los discursos que se encuentran en el material puesto a disposición del público por "Professores contra el Escola Sem Partido" (PCESP), un movimiento creado por docentes en 2015 como respuesta a las movilizaciones en la legislatura federal para debatir el proyecto Escuela Sin Partido, que tenía como objetivo para frenar las acciones por "naturaleza ideológica". En lo amplio espectro de las temáticas que aborda el PCESP, en un contexto de intenso enfrentamiento de moralidades en relación al género y la sexualidad, nos interesa reflexionar sobre los enfoques y disputas sobre el lugar de estos temas en las escuelas. La movilización de los docentes nos lleva a reflexionar sobre el papel del activismo como una de las esferas del acto de educar.

Palabras clave: Educación; Docentes; Género; Sexualidad; Movimientos sociales; Escuela sin partido.

PROFESSORES COMO PERIGO

Um dia após a eleição de Jair Bolsonaro presidente do Brasil, em outubro de 2018, a matéria "Deputada do PSL pede que alunos gravem vídeos para denunciar professores" (LINDNER, 2018), informa que a então recém-eleita deputada estadual, Ana Caroline Campagnolo (PSL-SC), havia criado um canal informal de coleta de denúncias na internet a partir da atuação de professores em sala de aula. A deputada prometeu anonimato aos "denunciantes" e pediu que as denúncias fossem enviadas a ela contendo o nome completo dos professores, a cidade e a escola onde a situação relatada haveria ocorrido. A campanha era direcionada para mapear professores do estado de Santa Catarina (SC) que expressassem em sala de aula sentimentos negativos em relação à eleição de Bolsonaro à presidência da República. Diante de questionamentos em redes sociais acerca da campanha, a matéria informa que a deputada teria respondido com: "é só se comportar direitinho que não precisa ter medo".

Em novembro de 2018, em entrevista concedida ao Brasil Urgente (ALMEIDA JR., 2018), o presidente Bolsonaro fez uma declaração conclamando estudantes a gravar professores em sala de aula. A fala veio a partir de uma questão do Enem na sessão de Língua Portuguesa que, ao discutir dialetos, incluiu o "Pajubá", dialeto criado por travestis brasileiras que mistura palavras de origem indígena, africana e português vernacular. O presidente chamou a existência de tais questões de "doutrinação exacerbada". Alguns meses depois, em maio de 2019, a matéria publicada "Campanha 'anti-doutrinação' contra professores eleva estresse em sala de aula" (BETIM, 2019) traça um retrato de profundo estresse e sofrimento mental entre professores das redes pública e privada da cidade de São Paulo. A matéria traz relatos de professores de aumento do confronto em sala de aula com alunos, que acusam os docentes de os estarem "doutrinando"; autocensura diante do medo de perseguição política; e constante preocupação com a possibilidade de terem suas aulas filmadas e divulgadas nas

redes sociais de modo negativo. Nos relatos, também há o indicativo de que o contexto de ascensão de conservadorismos produz impactos específicos para professores LGBTI¹, como no trecho a seguir:

A situação mais grave não aconteceu com ele [um dos professores entrevistados], mas sim com uma professora homossexual que foi usada como exemplo por uma aluna na hora de se assumir para sua família. "Essa colega acabou afastada da turma e viu sua grade ser reduzida drasticamente. Ficou insustentável e ela teve de deixar a escola". (BETIM, 2019)

Ainda em maio de 2019, o Ministério da Educação, através de seu site oficial, lançou uma nota (Brasil, 2019) orientando alunos e responsáveis a reunirem e enviarem provas contra docentes que tivessem cancelado aulas ou estivessem chamando os alunos para as manifestações “em defesa da educação” que ocorreriam no dia 30 de maio. Podemos localizar que os sentimentos de autocensura e medo de perseguição têm origem em ameaças muito explícitas da parte de atores políticos “conservadores”². Seja na figura do atual presidente da república, seja de seus apoiadores.

As discussões acerca do controle do trabalho docente se encontram, na área da Educação, diretamente ligadas aos estudos do processo chamado de “feminização da docência” (FERREIRA, 2015). A entrada de determinadas mulheres³ no mercado formal de trabalho e, por conseguinte, na carreira docente, levou a uma atribuição de certas características à profissão; tais como a associação da docência – especialmente nos primeiros anos escolares – às categorias de “cuidado” e “maternagem”⁴. Nisto, surgiu a noção de que a docência seria uma categoria vocacional, movida por sentimentos de amor e abnegação. Aumentou-se também o controle sobre a categoria, conforme discutido por Apple e Tetelbaum (1991). Em seu artigo, os autores anexaram um contrato padrão de professora do ensino básico nos EUA, de 1923. As cláusulas centram-se quase todas no controle da vida pessoal da futura professora: proibindo o casamento, o uso de maquiagem, o consumo de tabaco e álcool e até mesmo que a professora frequentasse sorveterias ou andasse de charrete com homens que não seu pai ou irmãos.

Como nos alertam os autores, “a história tem o hábito de não permanecer no passado” (APPLE; TETELBAUM, 1991:64) e vemos atualizações desse modelo de controle sobre os professores através do monitoramento de suas redes sociais e uso de telefones celulares para registro em tempo real de coisas ditas em sala de aula que sejam consideradas

¹ O que, nos dias de hoje, convencionou-se chamar de “movimento LGBTI”, movimento político em torno dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, tem seu início no Brasil no final da década de 1970, quando era denominado movimento homossexual. Para uma análise mais detalhada, ver Facchini (2005; 2020) entre outros.

² Como propõe Almeida (2017), “na conjuntura brasileira atual, a situação política é de persistente e reificada polarização. Conservadorismo não é algo contrário às normas democráticas, entretanto, no enquadramento do debate público há uma sobreposição – por vezes, excessiva e imprecisa – na identificação de conservadores, fascistas e fundamentalistas. Ciente disso, não parto propriamente de definições a priori desses termos nem da autodeclaração daqueles que se nomeiam como tais. Considero-as como categorias construídas relacionadamente no embate político [...] trata-se de categorias políticas de acusação que circunscrevem um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parciais e conjunturalmente comuns”.

³ Angela Davis (1981) salienta que não apenas as mulheres negras e indígenas nunca estiveram fora da força de trabalho sob o capitalismo, como as mulheres brancas de famílias pobres também fizeram parte das massas laborais capitalistas desde a sua criação.

⁴ Conceitos associados à mulher-mãe, daí a escola maternal e a creche – em sua origem significa manjedoura (AQUINO, 2010).

“inadequadas”. Os professores passaram a ser tratados como “doutrinadores”, propagadores da “ideologia de gênero”, inimigos da “família tradicional brasileira”. Assim, educadores e educadoras foram enredados em grandes controvérsias públicas no Brasil, que mobilizaram na última década diferentes atores e arenas, envolvendo as políticas de educação e a escola. Esse cenário não se inicia com a eleição presidencial de 2018, mas se articula a um contexto de fortalecimento de conservadorismos, como parte de uma agenda transnacional antidireitos. Como propõe Biroli (2018),

O questionamento dos ideários fundados em noções de direitos humanos e sociais que informaram as lutas recentes pela reconfiguração de direitos ultrapassam o Brasil e mesmo a América Latina. A reação conservadora tem elementos transnacionais, não apenas porque a Igreja Católica tem capitaneado a ofensiva contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, mas também porque a insegurança decorrente da fragilização dos sistemas conhecidos de proteção parece abrir oportunidades para que, mais uma vez, se convoque “a família” contra o fantasma da subversão moral. (2018:87).

Tal avanço conservador tem feito diversas incursões à liberdade de docência e à própria figura das professoras em sala de aula (MONSORES; AQUINO, 2018), instando alunos a filmar “declarações ideológicas” de seus professores e denunciá-los na internet. Nos discursos recentes dos adeptos ao “Escola Sem Partido” (ESP), os professores aparecem como corruptores da juventude e estariam inspirando ideias “perigosas” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2017) ao falar de direitos humanos; justiça social; as consequências da ditadura militar (1964-85); combate a violências como o sexismo, racismo, homofobia e transfobia. Nas versões mais simplificadas da teoria conspiratória que o governo propaga em declarações da atual ministra da “Mulher, Família e dos Direitos Humanos”, Damares Alves, haveria um plano orquestrado pela “esquerda” para acabar com a heterossexualidade, a família e o capitalismo, plano esse especialmente perigoso nas mãos de professores escolares (CUNHA, 2018). Nesse sentido, a ministra Damares é uma exemplar representante dos conservadorismos, com sua evocação constante de uma “família tradicional” como pilar de suas políticas de retiradas de direitos sociais de grupos marginalizados (MESSENBURG, 2019).

A ofensiva “conservadora” que verificamos em nosso país se articula a um projeto de sociedade que não tem a garantia de direitos humanos no seu horizonte (BIROLI, 2018; Correa, 2018). Ou melhor, que redefine uma noção de direitos humanos que trabalhamos para construir desde a Constituição de 1988. Nesse cenário de ascensão de conservadorismos, assistimos, na arena pública brasileira, ao fortalecimento de uma movimentação antidireitos. Os atores que protagonizam essa ofensiva têm ocupado lugares de poder nas estruturas do Estado e acionado temáticas ligadas a gênero e sexualidade como artefatos políticos (LEITE, 2019b) na deflagração de pânico morais - como vimos no engendramento, no Brasil, dos assim chamados “kit gay”, “escola sem partido” e, em âmbito mais amplo, da “ideologia de gênero”. Há nessas controvérsias públicas uma reiteração da argumentação de que há uma orquestração gay e feminista que defende a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família. Esses atores têm mobilizado um discurso de defesa das crianças e adolescentes articulado a um discurso de “defesa da família brasileira”, como se essa família fosse um ente único e estável. Cresce nos meios religiosos mais “conservadores” uma ideia de que se estaria tentando destruir a “família tradicional”. Como afirmam Biroli, Machado e Vaggione (2020),

[...] estamos diante de uma correlação de forças que amplia o espaço e o potencial de atuação dos grupos conservadores religiosos e de seus aliados seculares [...] ‘feminismo radical’ e ‘marxismo cultural’ são expressões chave não só nas ações contra direitos de mulheres e pessoas LGBTQI, mas também contra os direitos de meninas e meninos, sempre em nome dos “valores familiares (p. 07)

A ESCOLA, O MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Em 22 de agosto de 2020, o advogado Miguel Nagib declarou o fim da sua participação no movimento ESP e o fim de todos os canais administrados por ele referentes ao ESP. Nagib havia fundado o ESP em 2004 como - em suas palavras, na sessão “Quem Somos” do ainda ativo site do ESP – “[...] uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”⁵. O “vetor” de tal contaminação, na retórica do contágio elaborada por Nagib, seriam professores escolares. De fato, “militantes travestidos de professores”, que *abusariam* da liberdade de expressão e do “segredo das salas de aula” para forçar suas perspectivas de mundo às inocentes crianças.

A retórica da contaminação, através de agentes infiltrados na aparente normalidade, ressoa especialmente com algumas ansiedades sociais por ameaçar uma suposta “pureza” encontrada “nas crianças”⁶. Em seus anos iniciais, o ESP focou seus esforços em tentar reanimar o fantasma do comunismo na imaginação da sociedade brasileira. Não é de surpreender que Nagib e seus correligionários tenham se fixado na “doutrinação marxista” (MIGUEL, 2016) em seus primeiros anos, dado que essa retórica vinha sendo usada repetidamente há anos pela grande mídia para vilanizar, em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT), que, em 2004, estava em seu primeiro mandato presidencial na figura de Luís Inácio Lula da Silva.

No entanto, o ESP só ganha projeção na política nacional e no cenário conservador brasileiro quase dez anos depois, após uma importante mudança de foco para o combate à “ideologia de gênero”. Esta mudança está intimamente ligada à controvérsia pública que tomou o país referente ao Projeto Escola Sem Homofobia (ESH). Batizado por seus detratores de “kit gay”, o ESH tinha como objetivo contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações nas escolas que promovessem a garantia dos direitos humanos e o respeito às orientações sexuais e identidades de gênero no âmbito escolar brasileiro. Em sua fase final de aprovação pelo MEC, foi suspenso publicamente pela presidenta Dilma Rousseff em maio de 2011, após forte pressão de setores religiosos do Congresso Nacional⁷.

Um conceito-chave para a compreensão desse processo é o de “pânico moral”. Como propõe Rubin, “o tipo mais importante e consequente de conflito sexual é o que Jeffrey Weeks chamou de ‘pânico moral’”(RUBIN, 1998). Segundo a autora,

[...] pânicos morais são o ‘momento político’ do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e, a partir disso, em mudança social. A histeria da escravidão branca dos anos 1880, as campanhas anti-

⁵ Disponível em <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso 31 jan. 2021.

⁶ Conforme Douglas (1966), as definições duais de puro e impuro carregam implicitamente a noção do perigo da contaminação, que se amplifica consideravelmente em agentes insuspeitos e liminares, que circulam entre as duas esferas, contaminando todos os “puros” ao seu redor.

⁷ Para mais sobre a trajetória do ESH, Vanessa Leite desenvolveu pesquisa sobre o projeto (2014; 2019b).

homossexual dos anos 1950 e o pânico da pornografia infantil no final dos anos 1970 foram pânicos morais típicos. Devido a sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente simbólicas. (RUBIN, 1998:35)

Na criação de pânicos morais (WEEKS, 1981, 1985; RUBIN, 1998), a figura imaginada do que seria um “pedófilo” aparece misturada aos professores, que falariam da existência de pessoas LGBTI, de saúde sexual e reprodutiva e de equidade de gênero com crianças e adolescentes. É importante recordar que a construção do “pedófilo” enquanto monstro contemporâneo (LOWENKRON, 2015) está associada na ordem dos pânicos morais a pessoas com práticas sexuais heterodoxas, em específico, às pessoas LGBTI (RUBIN, 1998). São essas as ideias que aparecem por trás de falas como a do então deputado e atual presidente da República, Bolsonaro, ao alegar, ainda em 2011, que o ESH seria um “estímulo à homossexualidade, à promiscuidade e uma porta à pedofilia” (Leite, 2014:181).

Entre 2013 e 2014 acompanhamos os embates em torno do Plano Nacional de Educação e dos planos estaduais e municipais, “onde as expressões ‘gênero’ e ‘orientação sexual’ foram retirados de seus textos, em meio a batalhas quase corporais nas casas legislativas do país” (LEITE, 2019a:24). E é nesse período que começamos a assistir o acionamento da terminologia “ideologia de gênero”⁸. Vários autores têm refletido e debatido desde a gênese desse termo até o seu espraiamento por vários países e partes do mundo e diferentes formas de acionamento (CORRÊA, 2018B; AMAYA, 2017; CORNEJO-VALLE; PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; MISKOLSKI; CAMPANA, 2017).

Segundo Junqueira (2018:451), “ideologia de gênero” é um “sintagma neológico” utilizado para sintetizar o inimigo imaginado de uma cruzada moral global, inaugurada pela Igreja Católica em meados dos anos 1990 em reação aos debates realizados na Conferência Internacional sobre População, no Cairo (ONU, 1994), e na Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (ONU, 1995) (JUNQUEIRA, 2018; CORREA, 2009, 2018). Essas discussões ocorreram em torno da aprovação das declarações e plataformas de ação das Conferências e polarizaram feministas organizadas contra representantes da Santa Sé, de países historicamente aliados a ela, bem como os novos aliados deste campo político, os representantes de países de maioria islâmica (CORREA, 2018b). No documento produzido pela Conferência Internacional sobre População, em 1994, como fruto de uma aliança internacional de ativistas feministas, entraram a defesa de “[...] direitos reprodutivos; o aborto foi reconhecido como grave problema de saúde pública; recomendaram-se políticas universais de educação em sexualidade e afirmaram-se as muitas formas de família.” (CORREA, 2018b). Nesse sentido, o que une aqueles que se dizem contra a “ideologia de gênero”, é um inimigo imaginado, que ameaçaria uma também imaginada “família tradicional”. Nas palavras de Junqueira,

⁸ Como propõe Leite, os setores “conservadores” assumiram uma estratégia de apropriação de termos dos estudos de gênero e dos movimentos feministas, alterando seu sentido. A perspectiva de gênero, que vem dando base para toda a construção de um campo de estudos e produção de conhecimento, é vulgarizada e tratada como ideologia. Tendo como base uma perspectiva biológica reducionista do binarismo de gênero e articulada a uma hierarquização das orientações sexuais, o ideário da “ideologia de gênero” tem sido utilizado para defender a manutenção de uma ordem hierárquica e desigual entre as pessoas, em nome da defesa das crianças e jovens (2019b:130).

[...] são manifestações de ideologias de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a pugna religioso-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas sociais. A partir de uma manobra de inversão, o discurso antigênero objetiva como ideologia o que é, precisamente, a sua crítica. (2018:181)

Nesse cenário, o combate à suposta “ideologia de gênero” e à “doutrinação marxista” nas escolas aparecem misturados e, por diversas vezes, intercambiáveis, o que está diretamente conectado a um dos pontos-chave da ascensão dos conservadorismos no Brasil: a produção de discursos em nome de uma suposta “proteção” das crianças e da “família tradicional”, ficcionada como mononuclear, heterossexual, reprodutiva e cristã, como afirmado anteriormente. Contudo, como propõe Carrara (2015), vivemos em um contexto social e político onde diferentes moralidades em relação à sexualidade e ao gênero se confrontam na sociedade. Se de um lado há um conjunto de setores que evocam ideais “conservadores” e supostamente “tradicionais”, acompanhamos nas últimas décadas, a emergência do ideário dos direitos sexuais. A ideia de “direitos sexuais” e “direitos à livre expressão de gênero” dissemina uma perspectiva do exercício da sexualidade e expressões de gênero como direitos humanos, algo positivo em si mesmo, não necessariamente ligados à violência, ao casamento ou à reprodução. Acompanhamos assim, a um processo onde se explicita mais claramente o confronto entre uma moralidade baseada na família, reprodução, heterossexualidade e uma nova moralidade baseada no consentimento e no ideário dos direitos sexuais. O que temos assistido é que a educação escolar tem se mostrado como uma das principais arenas desses enfrentamentos.

AS RESISTÊNCIAS DOS PROFESSORES – O MOVIMENTO PCESP

Com o crescimento da repressão, em especial após as controvérsias públicas referentes aos Planos de Educação, em 2013-14, crescem também as reações de professores e a criação de redes docentes de ajuda mútua e resistência. A internet é um terreno fértil para estas controvérsias, seja como local de criação e reprodução de desinformação e notícias falsas, seja como local de organização de diversas formas de ativismo docente. Para além dos tradicionais sindicatos, as iniciativas criadas para resistir ao ESP e aos avanços “conservadores” tendem a referenciar materiais produzidos por estas e divulgar umas às outras em suas contas nas redes sociais.

Até o momento, as principais redes mapeadas por nós foram: “Professores contra o Escola Sem Partido” (PCESP), “Observatório da Educação Democrática Carioca”, “Escola Sem Mordaça”; e “Movimento Liberdade Para Ensinar”. Neste artigo, nos propomos a uma análise inicial de discursos presentes em materiais públicos produzidos pelo PCESP, dada a longevidade do movimento e a sua ativa produção de conteúdo digital. O método utilizado para análise desses dados foi a etnografia dos materiais disponibilizados publicamente em endereços online. “A internet” aparece aqui como meio de comunicação e como *locus* das cenas sociais descritas. Como nos lembra Hine (2015), não há como pensar, no mundo contemporâneo, que as relações sociais travadas “na” internet são separadas das demais experiências humanas no “mundo real”. Assim, não fazemos uma diferenciação de valor entre o ativismo realizado *online* e o ativismo *offline*, até mesmo porque, como a trajetória do ESP e as eleições brasileiras de 2018 bem demonstram, a relação entre os dois é de natureza extremamente permeável.

A entrevista de 24 de junho de 2016 intitulada “‘Eles querem retirar a diversidade da escola’: Para Renata Aquino, integrante do movimento que critica o Escola Sem Partido, o

grupo de Miguel Nagib quer manter fora da escola o que contraria a moral cristã” (EL PAÍS, 2016), nos permite traçar as origens e o perfil do movimento. De acordo com a matéria, o grupo surgiu como um grupo de estudos de graduandos em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) a partir de uma disciplina ministrada pelo prof. Fernando Penna. O grupo de estudos virou grupo de pesquisa e, de grupo de pesquisa, virou uma página no Facebook e um site⁹, em 2016, e, hoje, conta também com um canal do YouTube e um podcast, disponibilizado em diversas plataformas.

Originalmente, o grupo se propunha a mapear, monitorar e divulgar os projetos de lei relacionados ao ESP. Sua atuação incluía também, de acordo com Renata, o monitoramento das atividades do ESP nas redes sociais. Em sua fala, ela caracteriza as propostas relativas ao ESP como “censura” ao trabalho docente e “avanço da esfera privada sobre a esfera pública” em relação ao cerceamento de determinados temas em sala de aula. Ela destaca também que a importância de temáticas relativas a gênero nas escolas se justifica porque:

[...] a gente entende que essas coisas [debate de gênero] precisam aparecer na escola porque a escola é o espaço onde os alunos vão ter contato com aquilo que eles não conhecem. É na escola que eles aprendem a não ter preconceito e a entender que essas pessoas são tão cidadãs quanto eles. Diversas pesquisas mostram que a escola é o principal lugar de reprodução de desigualdade e de preconceito na sociedade.

As esferas do ativismo, da pesquisa e da docência se misturam na atuação dos integrantes do PCESP. A sua origem enquanto um grupo de pesquisa universitário aparece em diversos momentos nos materiais e discursos produzidos por eles. Debates teóricos que utilizam autores clássicos e contemporâneos da filosofia, história, educação, economia e ciências sociais aparecem como base e fundamentação dos argumentos políticos na defesa de um modelo de escola e de educação voltados para a diversidade, a democracia e o pensamento crítico. Há também o reconhecimento de espaços mais tradicionais de movimentos sociais ao, por exemplo, realizar um programa no seu podcast mensal para discutir “Mães na Universidade” e convidar um painel formado majoritariamente por ativistas do movimento estudantil universitário. Assim, fazemos a opção de nos referir aos integrantes do PCESP, como “ativistas-pesquisadores”.

hooks (1994), combina a práxis antirracista das comunidades negras e segregadas do Sul dos Estados Unidos e sua tradição docente de compreender o espaço escolar como potencial ferramenta de libertação para a juventude negra, com a práxis freiriana da pedagogia crítica e educação como ferramenta de liberdade. Em seu trabalho, hooks (1994) defende uma “pedagogia engajada”, na qual professores tenham uma abordagem holística dentro e fora de sala de aula, com uma defesa inarredável do pensamento crítico e descartando quaisquer ilusões de completa separação entre o que é conteúdo, o que é sentimento, o que é pessoal e o que é político.

De sua criação, em 2015, a esfera digital de atuação do PCESP se ampliou de uma página no Facebook para incluir perfis nas redes sociais Twitter e Instagram, que funcionam de modo bastante análogo à página original; um site; um podcast criado em fevereiro de 2018 com programas regulares mensais e ocasionais programas extras; e um canal na plataforma YouTube, onde, além da divulgação dos podcasts, ainda há diversos vídeos nos quais os ativistas-pesquisadores abordam suas pautas e debatem acontecimentos políticos e sociais “da ordem do dia”.

⁹ Disponível em <https://profscontraoesp.org/>. Acesso em 31 jan. 2021.

O site “*profscontraesp*” é uma ferramenta poderosa de formação teórica e legal para professores e pessoas em geral interessadas em combater incursões conservadoras no espaço escolar¹⁰. Embora se chame “Professores contra o Escola Sem Partido”, está presente no cabeçalho do site a frase “Educadoras, educadores e estudantes contra a censura na educação”, indicando que os integrantes do movimento não incluem apenas aqueles com atuação profissional no campo da educação. O site ainda possui publicações contendo textos de opinião, ensaios teóricos, análise de matérias de jornal e publicações de redes sociais e manifestos políticos, bem como a divulgação dos episódios do podcast.

É interessante observar que, embora a “ideologia de gênero” tenha ganhado centralidade como pauta do ESP anos após a sua fundação (MIGUEL, 2016), o tema já aparece como objeto de discussão dos apresentadores e convidados do primeiro programa do referido *podcast*¹¹. Entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2021, o podcast contou com 31 programas regulares e 13 programas extras. Desses, 11 abordam explicitamente temas do campo de discussões do gênero e da sexualidade. No entanto, esses temas estão presentes no corpo das discussões dos outros programas já lançados pelo PCESP. No site, o “PCESP Podcast” aparece definido como:

O PCESP Podcast é um programa sobre política, educação, história e tudo o mais que couber dentro disso. O Professores Contra o Escola Sem Partido é um grupo de estudos e um coletivo de militância por uma educação democrática radical e plural.

O vídeo mais visualizado no canal do YouTube é intitulado “Gênero: o que é e o que não é”¹² que, com duração de 4:33 minutos, obteve 1.753 visualizações. O vídeo consiste de um dos ativistas apresentando de forma sintetizada, na sua primeira metade, as discussões de Joan Scott em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995) e, na segunda metade, introduzindo um gráfico com dados de violência contra mulheres a partir de atendimentos no SUS em 2014, correlacionando a abordagem de temas relativos a gênero nas escolas com o combate à violência doméstica e íntima. Dos 5 comentários ao vídeo, há três positivos e dois negativos. Um é emblemático das controvérsias públicas que discutimos neste artigo, portanto, o reproduzimos literalmente a seguir: “Escola não é lugar para isso, vocês [sic] querem é desconstruir o modelo tradicional de família”.

Na página do PCESP no Facebook há mais de uma centena de publicações que abordam temas relativos a gênero e sexualidade. Dezenas são compartilhamentos de notícias jornalísticas, por vezes apenas destacando as manchetes ou citando um trecho da notícia no texto da publicação, por vezes inserindo comentários sobre o conteúdo da matéria. Por exemplo, quando, em 25 de abril de 2020, a Folha de São Paulo noticiou a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em julgar como inconstitucional uma lei municipal da cidade de Novo Gama (GO) que proibia livros que contivessem “material com informações de ideologia de gênero” nas escolas da cidade, a publicação do PCESP declarou:

¹⁰ No site, a seção “Bibliografia e referências” reúne todos os materiais acadêmicos coletados pelos ativistas-pesquisadores do PCESP. Na seção “Vigiando os projetos de lei”, encontram-se os projetos de lei submetidos em todas as esferas legislativas brasileiras. A seção “Documentos técnicos para se defender de censura” reúne materiais produzidos por outros movimentos e iniciativas, como o “Manual de defesa contra a censura nas escolas”. Similarmente, a seção “Legislação de apoio” lista artigos da Constituição de 1988, emendas constitucionais, documentos internacionais do qual o Brasil é signatário e legislação referente ao ensino de questões raciais nas escolas.

¹¹ “[PCESP Podcast #1] O que é uma boa educação?”, 16 fev. 2018. Disponível em <https://bit.ly/2YGCb50>. Acesso em 31 jan. 2021.

¹² Disponível em <https://bit.ly/39EXOco>. Acesso em 31 jan. 2021.

GANHAMOS!

Profs que nos acompanham, agora a gente tem que pegar isso aqui e andar sempre com essas decisões e votos dos ministros debaixo do braço.

O combate à censura é um combate por corações e mentes. Essa decisão precisa ser espalhada pra diminuirmos a força do outro lado.¹³

A primeira publicação do site do PCESP se chama “O que se fala quando se fala sobre ‘ideologia de gênero’” e foi originalmente publicada em um blog chamado “Movimento Liberdade Para Ensinar”, em 17 de agosto de 2015. O texto discute um material que, segundo a publicação, seria “um arquivo em formato .pdf que tem circulado por espaços conservadores na internet durante as discussões dos Planos de Educação em 2015”, que continha o seguinte texto “Você já ouviu falar sobre a ‘ideologia de gênero’? Conheça esta ideologia e perigo que você e seus filhos estão correndo”. A ativista-pesquisadora do PCESP se dedicou a analisar o discurso e os argumentos contidos na cartilha, nomeando “as táticas inflamatórias utilizadas de campanha do medo e discurso conspiratório”. Ela propõe neste texto a não utilização do conceito “ideologia de gênero” ao se debater com materiais antigênero. Além da cartilha antigênero, o texto também se posiciona contrário à Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal (PELOM) 145/15 do então vereador Campos Filho (DEM/Campinas-SP), que proibia o termo “gênero” em todas as leis do município. Por fim, a autora conclui:

Depois de dezenas de pesquisas estatísticas que comprovam a desigualdade entre os gêneros, não deve realmente ser da alçada da escola discutir estas questões? Na medida em que a escola está formando pessoas para serem cidadãs, terem consciência de seus direitos e deveres, ter capacidade de agir na esfera pública, tudo isso, como que não devemos discutir com os e as jovens estas coisas tão essenciais que permeiam todas as esferas de suas vidas?

REFLEXÕES FINAIS: ENSINAR A TRANSGREDIR

Patrono da educação brasileira desde 2012, Paulo Freire aparece como figura símbolo de um projeto de Brasil a ser desmantelado, por parte da extrema direita que hoje constitui uma força quase hegemônica nas principais esferas da política nacional. Freire inclusive figurou entre as promessas de campanha do então presidente Bolsonaro, que declarou em discurso “[que iria] entrar com um lança-chamas no MEC e tirar o Paulo Freire de lá” (CALÇADE, 2018). Por outro lado, o renomado educador aparece constantemente nas bibliografias e nas inspirações citadas por aqueles que acreditam em um projeto de educação para a liberdade. Em suas obras, especialmente “Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar” (1997), Freire conclama por uma categoria docente indócil e politicamente engajada. Pois, ativismo e organização política, diferentemente do que defendem os que advogam por uma “escola sem partidos”, constituem-se então como uma das esferas do ato de ensinar.

Quando Sedgewick (2008) elaborou o conceito de “epistemologia(s) do armário”, com as delicadas relações de segredo e publicização que envolvem ser LGBTI em uma sociedade onde a heterossexualidade é a norma, a autora partiu de dois casos judiciais nas décadas de 1970 e 1980 envolvendo a demissão de educadores por conta de sua sexualidade – a saber, uma orientadora pedagógica bissexual e um professor gay. Nos argumentos mapeados dentre os conservadorismos brasileiros, encontramos ecos dos discursos utilizados para justificar a demissão destes educadores há quase meio século. De um lado

¹³ Disponível em <https://bit.ly/2YFaI9i>. Acesso em 31 jan. 2021.

havia os que queriam que fosse considerado criminoso o ato de uma pessoa LGBTI “esconder” a sua “verdadeira” identidade de seus empregadores e dos responsáveis de seus alunos. De outro, havia os que exigiam que os sexualmente “desviantes” mantivessem todas as suas práticas em absoluto segredo e apartadas do espaço da escola.

Quando encontramos situações similares no Brasil contemporâneo - seja de origem na sexualidade de professores, como no caso da professora lésbica demitida em São Paulo; nas suas posições políticas “erradas” que devem ser punidas, como conclamou a deputada de Santa Catarina – vemos a investida de uma política que promove, simultaneamente, o silêncio e a inquisição. Sedgewick (2008) narra que, nos anos 1980, o então “movimento de direitos homossexuais” chegou a uma conclusão simples e potente: o armário, o silêncio, em verdade não oferece nenhuma garantia de proteção àqueles que habitam nele.

No Brasil da primeira metade do século XXI, o segredo também não provê garantias de proteção, especialmente em um contexto que a educação é o principal front de batalha das moralidades sexuais. Quando se assume que qualquer professor possa ser um “militante travestido” espreitando nas sombras para corromper “a família” e “as crianças”, iniciativas de organização coletiva e resistência política se tornam especialmente importantes na disputa por uma escola que eduque para a liberdade, ao invés da reprodução de desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cad. Pagu* [online]. 2017, n.50.
- ALMEIDA JR, A. Bolsonaro ataca questão do Enem sobre linguagem secreta de travestis. *Metrópoles*, 05 nov. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3cDIXly>. Acesso em 31 jan. 2021.
- AMAYA, J. F. S. La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 149-171, Dez. 2017.
- APPLE, M.; TETELBAUM, K. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? *Teoria & Educação*, Dossiê: Interpretando o trabalho docente, nº 4. Porto Alegre: Pannonica Ed., 1991.
- AQUINO, L. Professor de educação infantil. OLIVEIRA, D.; DUARTE, A.; VIEIRA, L. (org.). *Dicionário de trabalho, condição e profissão docente*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- BETIM, F. Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula. *El País*, 19 mai. 2019. Disponível em <https://bit.ly/3jh8YY6>. Acesso em 31 jan. 2021.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Instituições de ensino públicas não podem promover movimentos políticos*. Brasília: MEC, 30 mai. 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=76641:instituoicoes-de-ensino-publicas-nao-podem-promover-movimentos-politicos&catid=33381&Itemid=86. Acesso em 31 jan. 2021.
- CALÇADE, P. Na mira de Bolsonaro, Paulo Freire não está no currículo, mas é referência em escolas. *Folha de S. Paulo*, 25 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/2YAF6we>. Acesso em 31 jan. 2021.
- CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, Aug. 2015.
- CORNEJO-VALLE, M.; PICHARDO, J. I. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *Cad. Pagu* [online] nº 50, 2017.
- CORRÊA, S. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. *Bagoas* 2009; 4:17-42.
- CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cad. Pagu* (53), 2018a.
- CORRÊA, S. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexuality Policy Watch*, 12 nov. 2018b (post-scriptum fev. 2019).
- CUNHA, A. R. Desvendamos as notícias falsas de Damares Alves contra a “ideologia de gênero”. *Aos Fatos*, 19 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/39JtzRx>. Acesso em 31 jan. 2021.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. Trad. H. R. Candiani.
- DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa: Ed. 70 (col. Perspectivas do Homem, nº 39), s.d. (trad. S. Pereira da Silva, 1966).
- EL PAÍS. “Eles querem retirar a diversidade da escola”. *El País*, 24 jun. 2016. Disponível em <https://bit.ly/3tqtW4K>. Acesso em 31 jan. 2021.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- FACCHINI, R. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. R. Facchini; I. L. França. (Org.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. 1ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2020, p.31-70
- FREIRE, P. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1997.
- HINE, C. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Londres: Bloomsbury Academic, 2015.
- HOOKS, b. *Teaching to transgress: education as a practice of freedom*. New York: Routledge, 1994.
- JUNQUEIRA, R. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? Ribeiro, P. R. C.; Magalhães, J. C. (orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017, p.25-52.
- KUHAR, R.; PATERNOTTE, D. (Orgs.). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. Brussels: Rowan & Littlefield, 2017.
- LEITE, V. “*Impróprio para menores?*”: Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2014.
- LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)* [online]. 2019a, n.32
- LEITE, V. “A captura das crianças e adolescentes: refletindo sobre controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade nas políticas de educação”. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 52, p. 11-30, set./dez. 2019b.
- LINDNER, J. Deputada do PSL pede que alunos gravem vídeos para denunciar professores. *Estadão*, Brasília, 29 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3cAapiL>. Acesso em 31 jan. 2021.
- LOWENKRON, L. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.
- MESSEMBERG, D. A cosmovisão da "nova" direita brasileira. Pinheiro-Machado, R. & Freixo, A. de (org.). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Oficina Raquel, 2019.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Ver. Direito e Práxis*, 2016, 7.
- MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Rev. Sociedade e Estado* – V. 32, N. 3, set./dez. 2017.
- Rubin, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies*. London: Routledge, 1998.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
- SEDGWICK, E. A epistemologia do armário. *Cad. Pagu* [online]. 2007, n.28, p.19-54.
- SEPÚLVEDA, J. A.; SEPÚLVEDA, D. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. *movimento-revista de educação*, n. 5, jan. 2017.

WEEKS, J. *Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality since 1800*, Nova York: Longman, 1981.

WEEKS, J. *Sexuality and its discontents: Meanings, myths & modern sexualities*. Nova York: Routledge, 1985.

Submetido em janeiro de 2021
Aprovado em fevereiro de 2021

Informações das autoras

Nome da primeira autora: Maria Leão

Afiliação institucional: Instituto de Medicina Social da UERJ

E-mail: marialasilveira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8869-5964>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4165705965583820>

Nome segunda autora: Vanessa Leite

Afiliação institucional: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Instituto de Saúde e Sociedade, campus Baixada Santista – bolsista FAPESP.

E-mail: vanessajleite@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4384-2817>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6203928836150812>